

MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

BÚSSOLA DA COMPETIÇÃO

GUIA UM NOVO MERCADO

Terminais privados ganham condições de brigar por cargas

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

Com a nova regulação portuária aprovada pelo Congresso, a expectativa é de que o ânimo da iniciativa privada para investir seja renovado. O grande chamariz é o fato de que terminais privados poderão movimentar cargas de terceiros, o que antes era limitado aos portos públicos. Se as empresas particulares quisessem operar fora do porto organizado, tinham que construir o próprio terminal.

“Esse foi o grande avanço. Com a iniciativa privada podendo movimentar cargas de terceiros, teremos mais investimentos, competitividade e, claro, uma melhor prestação de serviços. Neste ponto, enfim os portos brasileiros entraram no que chamamos de economia de mercado, e o Espírito Santo pode se beneficiar muito com isso”, assinalou o Carlos Gilberto Marques, membro do comitê temático de Desenvolvimento da Logística do ES em Ação.

No Espírito Santo, pelo menos cinco terminais privados, com investimentos iniciais que superam os R\$ 5 bilhões e que gerarão mais

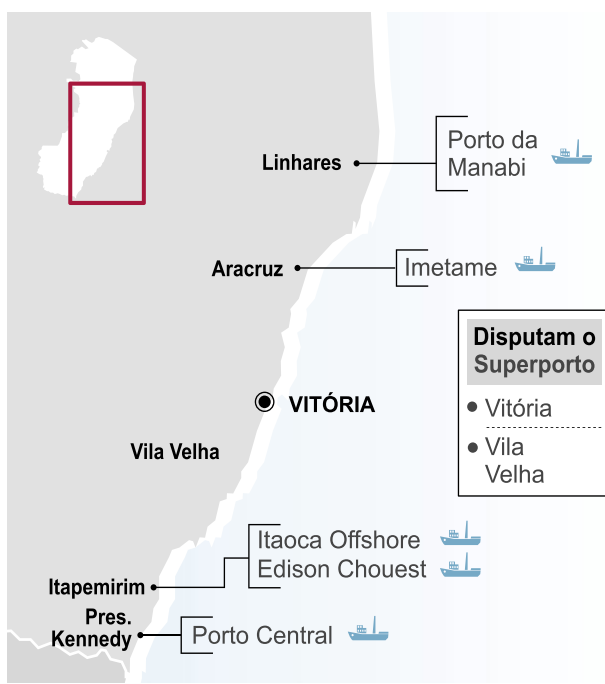
ONDE ESTÃO OS EMPREENDIMENTOS

Porto Norte Capixaba (Manabi)
Previsão para operar em Linhares, com investimento R\$ 1,75 bilhão. Serão 2,8 mil empregos na construção e 350 na operação.

Base Marítima Integrada Imetame
Será em Aracruz. Haverá investimento de R\$ 280 milhões. Empregos: mil na construção e 2,5 mil na operação.

C-Port Brasil Logística (Edison Chouest)
Localização em Itapemirim. Investimento de cerca de R\$ 800 milhões. Estimativa de gerar 1,2 mil empregos na operação.

Itaoca Offshore
Será implantado em Itapemirim. Investimento de R\$ 450 milhões, com estimativa de mil empregos na construção e 500 na operação.



AGazeta - Ed. de Arte - Gilson

Porto Central
Será em Presidente Kennedy e seguirá o modelo porto-indústria, conceito semelhante ao está implantando no Superporto do Açu, no Norte fluminense. Lá a expectativa é de que sejam atraídos US\$ 40 bilhões e gerados 50 mil empregos.

Superporto
É o único dos projetos que será em área pública. Dois locais estão no páreo pelo empreendimento: Praia Mole, em Vitória, e Ponta da Fruta, em Vila Velha. O investimento será de R\$ 3 bilhões.

IMPRESSÕES

“Enfim os portos brasileiros entraram no que chamamos de economia de mercado, e o Espírito Santo pode se beneficiar muito com isso”

CARLOS GILBERTO MARQUES
ES EM AÇÃO

“Essas mudanças possibilitarão mais competitividade, mais concorrência, menos tarifas, mais empregos e mais investimentos. Ou seja, nós avançamos”

MAYHARA CHAVES
SUBSECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

de 10 mil empregos, devem se beneficiar com medida: Porto Norte Capixaba (Linhares), Base Marítima Integrada Imetame (Aracruz), C-Port Brasil Logística e Itaoca Offshore (ambos em Itapemirim), e Porto Central (Presidente Kennedy).

“Os maiores beneficiados são os portos de carga geral. Afinal, abre-se um leque de oportunidades. Os terminais Norte e Central, por exemplo, não precisarão colocar a operação das empresas dentro de sua área para movimentarem as cargas. Certamente a demanda será grande”, prevê a Mayhara Chaves, subsecretária estadual de Comércio Exterior.

No ano passado, na visita que o governador Renato

Casagrande fez a Singapura, o diretor do terminal Kenny Ong disse que havia o interesse de investir no país, mas que o fato da legislação brasileira proibir porto privado de trabalhar com carga de terceiros complicava. No final de abril, o presidente da Fibria, Marcelo Castelli, disse que a companhia só aguardava as definições da MP dos Portos para fechar a ampliação de Portocel.

O setor produtivo comemorou a MP. “Sem infraestrutura, nosso produto perde competitividade lá fora. Além disso, pagaremos menos na hora de comprarmos máquinas e equipamentos lá fora”, disse o presidente da Fines, Marcos Guerra.

Projeto de lei teria menos desgastes

▄ Na avaliação de parlamentares, o governo poderia ter evitado tantos desgastes na MP dos Portos se optasse pelo envio de um projeto de lei ao Congresso. As novas regras teriam tramitação bem mais demorada, mas atenderiam ao preceito de amplo e complexo debate necessário a um novo marco regulatório de infraestrutura logística.

A “descoordenação” ocorreu pela falta de trabalho político da presidente Dilma Rousseff (PT) e da ministra Gleisi Hoffmann (PT) junto ao setor portuário

e ao próprio Congresso, observa o deputado César Colnago (PSDB). “Uma MP cria muita insegurança jurídica, mexe com muitos interesses e setores. O projeto foi elaborado sem um equilíbrio isonômico entre empresas que já detêm concessões em terminais e outros grupos dispostos a entrar no segmento”. Quando a presidente pretendeu direcionar quem poderia entrar na operação portuária, quem já estava “dentro” não aceitou, destaca o capixaba.

“Dilma fez personalismo, no estilo ‘o Estado sou

eu’ e ‘eu quero e o resto tem que obedecer’, mas isso é uma democracia. Ela quis tomar só para si, com um novo marco, as regras para modernizar o setor portuário”, pontua Colnago. Das 14 emendas do capixaba, o relator contemplou parcialmente quatro relativas à guarda portuária e licitações.

Em cinco dias, a MP recebeu 645 emendas, algo “impensável”, segundo o deputado, para um setor tão estratégico e que precisa de parcerias privadas para ampliar competitividade. Em seguida, a vota-

ção atropelada no Congresso assustou até os governistas. Líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP) deixou o plenário diversas vezes para ir ao Planalto. Foi obrigado a intercalar a liderança com o colega Henrique Fontana (PT-RS).

Os prejuízos com a suspensão de contratos de compra de soja brasileira por parte da China evidenciam que o setor portuário do país precisa de investimento privado urgentemente, pontuam parlamentares. (Rondinelli Tomazelli)

Estivadores fazem assembleia na segunda

SANTOS

▄ O Sindicato dos Estivadores de Santos marcou assembleia para a próxima segunda-feira, a fim de discutir a aprovação da MP dos Portos.

A categoria, que chegou a deflagrar greve no início da semana, quando a MP começou a ser discutida na Câmara dos Deputados, mostrou-se contrariada com a aprovação de alguns tópicos da nova lei, especialmente o que autoriza os portos privados a contratar trabalhadores pela CLT, sem a interme-

dição do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).

A paralisação dos trabalhadores na tarde de terça-feira passada foi em protesto contra a rejeição da emenda que autorizava os trabalhadores avulsos gerenciados pelos Ogmos a serem contratados também pelos portos privados.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Estivadores, Rodnei Oliveira da Silva, não está descartada a deflagração de uma nova greve. “Tudo vai depender da votação dos trabalhadores avulsos”, alertou.